

JUVENTUDES BRASILEIRAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS EM ANÁLISE

*Alexsandro do Nascimento Santos
Euzébio Jorge Silveira de Sousa
Ergon Cugler de Moraes Silva*

A 20ª Edição da Revista Juventude.br é publicada em um cenário de desigualdades educacionais ampliadas e evidenciadas pela Pandemia da COVID-19. Segundo o Censo, a taxa de abandono mais que dobrou no Ensino Médio brasileiro em 2021 em comparação com 2020. No primeiro ano da Pandemia (2020), 2,3% dos alunos matriculados no Ensino Médio abandonaram os estudos, já em 2021 este número subiu para 5%. As regiões mais pobres do país apresentaram números ainda mais preocupantes, exemplo da região Norte, em que a taxa de abandono ultrapassou 10% - o dobro da média nacional.

A crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 impactou o mundo inteiro. Entretanto, os países mais pobres e aqueles nos quais as desigualdades estruturais são mais evidentes experimentaram os efeitos negativos da crise sanitária de forma mais profunda. Além disso, no caso brasileiro, a pandemia de Covid-19 se instalou numa conjuntura interna marcada pela deterioração e esgarçamento da arena política e institucional (com uma estratégia de desdemocratização capitaneada a partir da Presidência da República) e pelo esfacelamento da economia, com aprofundamento das disparidades de renda e ampliação da pobreza e da miséria. Não é exagero afirmar que o Brasil enfrentou uma crise sanitária, combinada a uma crise política e a uma crise dos fundamentos da distribuição de renda.

Nessa realidade tão desafiadora, as juventudes brasileiras que, durante os quinze primeiros anos do século XX haviam experimentado um momento ímpar de reconhecimento de suas demandas por direitos singulares e uma ampliação de suas oportunidades educacionais, foram confrontadas com a regressão de políticas públicas e com o sufocamento de demandas urgentes, dentre as quais se destaca a demanda pelo direito humano à educação. É a partir dessa reflexão que propomos o Dossiê “Juventudes Brasileiras e Direito à Educação: Perspectivas em Análise.

A organização do dossiê é composta de doze trabalhos, nas seguintes categorias: a) uma nota técnica elaborada pelo Centro de Estudos e Memórias da Juventude (CEMJ); b) seis artigos científicos

que apresentam análises e resultados de pesquisa dedicados à temática proposta no Dossiê; c) um resumo de Dissertação de Mestrado que dialoga com a discussão da educação em relação às temáticas de juventude, d) três artigos de opinião escritos por presidentes das Entidades Estudantis nacionais e e) uma entrevista com a recém-empossada Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Ana Jade Beatriz.

Em síntese, o conjunto dos materiais busca organizar uma discussão a respeito do cenário atual da experiência social das juventudes no que diz respeito à garantia do direito à educação e enunciar alguns dos principais desafios a serem enfrentados para avançarmos na construção coletiva de um sistema educacional inclusivo, democrático, justo e com qualidade social, capaz de acolher e promover o desenvolvimento integral das juventudes brasileiras, do ensino médio à pós-graduação. Assumimos que esse compromisso tem um valor em si mesmo, na medida em que a educação permite a cada pessoa a realização máxima de suas potencialidades como sujeito; mas também assumimos a importância de um sistema educacional com qualidade social para o desenvolvimento sustentável e democrático do país e para o enfrentamento efetivo das desigualdades.

A nota técnica produzida pela Cátedra de Educação do CEMJ é resultante de um investimento de pesquisa que: a) mapeou os atravessamentos da Pandemia de Covid-19 nos sistemas de ensino e na experiência dos estudantes matriculados na educação básica; b) analisou a resposta governamental à Pandemia no campo da Educação, identificando seus principais gargalos e suas inovações e c) propôs recomendações para o poder público no que diz respeito à retomada das atividades escolares presenciais e à qualificação das atividades realizadas em regime remoto ou híbrido.

Escrito por Marcele Melo Fonseca, o artigo “Juventude e Escola: Iniciativas de Aproximação”, visa contribuir com as discussões com a temática de políticas públicas para a juventude na Amazônia na perspectiva da participação dos estudantes através do posicionamento político da escola como espaço democrático e participativo. Por meio de entrevistas em abordagem qualitativa e descritiva, a autora observa a dinâmica e o papel do Grêmios Estudantil no estímulo do protagonismo e na formação do senso crítico.

Em seguida, Isaac Santos dos Santos faz a seguinte per-

gunta: “Seguindo potencialidades cidadãs, quais aprendizados, competências e habilidades podem ser potencializados a partir de uma experiência de metodologia ativa de um Parlamento Jovem Municipal?” e escreve sobre o papel do Parlamento Jovem na construção de habilidades e competências complementares à educação em sala de aula. Por meio de um estudo de caso que acompanhou desde as eleições de representantes nas respectivas escolas no município de Praia Grande, Litoral Paulista, até a dinâmica das reuniões ordinárias dos jovens empossados como Vereadores Mirins, o autor realiza uma etnografia combinada com survey e descreve aspectos da experiência dos jovens, resgatando a literatura de Metodologias Ativas de Aprendizagem, apresentando, “Metodologias Ativas como Instrumento da Cidadania: Um Estudo de Caso em perspectiva Etnográfica do Parlamento Jovem de Praia Grande - SP”.

Já Rodrigo José Fuziger e Douglas Henrique Santos da Silva relacionam a discussão de juventudes e educação com um tema emergente de aporofobia e discriminação. Em “Possibilidades e Impossibilidades na Educação: Um Olhar sobre a Aporofobia e Discriminação no Contexto Escolar”, os autores se questionam, “a aporofobia tende a estabelecer relação com o fenômeno de marginalização e maior vulnerabilização desses jovens no contexto escolar?” e realizam, portanto, uma revisão que dialoga transversalmente com a pauta.

Em “A Pobreza Menstrual como Fator Impeditivo no Acesso da Educação”, Isabela Cavalcante e Vitor Santos observam possíveis impactos negativos gerados pela pobreza menstrual com reflexos para a educação das pessoas que menstruam, principalmente as mais vulneráveis, em comparação à escassez de dados que visam analisar o fenômeno e de trabalhos científicos que analisam este problema, suas interações e consequências. Realiza-se uma revisão de literatura e discute-se como políticas públicas relacionadas à temática podem se apresentar como importantes ferramentas no enfrentamento à desigualdade de gênero em diversos campos, inclusive na educação em intersecção com as juventudes.

Em um quinto artigo, o tema das desigualdades educacionais é tratado a partir dos marcadores sociais relacionados ao gênero e à sexualidade. A partir da constatação de que os dados estatísticos sobre essa manifestação da desigualdade ainda são escassos no Brasil, Daniela Salú Mateus da Silva, Letícia Sakihama de Menezes Hora e Natália Fiorante Breda, no artigo “Juventudes LGBTQIA+ e Educação: Como Desigualdades Educacionais interferem na Garantia de Direitos”, mobilizam uma análise documental, em documentos oficiais, leis, normas jurídicas, documentos de conferências, relatórios técnicos, artigos acadêmicos, publicações científicas, relatos, entrevistas, matérias de jornais, notas e outras publicações vindas de plataformas de comunicação da sociedade civil e governo e sustentam que existem dificuldades consistentes na priorização do enfrentamento a esse tipo de desigualdade educacional na agenda de políticas educacionais. Mesmo considerando alguns avanços experimentados durante o ciclo de governos progressistas vivido no Brasil no início dos anos 2000, as autoras sinalizam que ainda são os movimentos sociais LGBTQIA+, organizados a partir da sociedade civil que tem protagonizado a produção de conhecimento e a proposição de iniciativas de en-

frentamento à exclusão escolar das pessoas que compõem essa comunidade.

No encerramento do bloco de artigos científicos, Guilherme Silva Lamana Camargo avança na faixa etária de juventudes e educação e observa a transição do Ensino Médio para o Ensino Superior, em “Direito à Educação Superior pelas Juventudes”. Realiza-se uma releitura do contexto histórico da expansão universitária para descrever políticas públicas que atuaram para a democratização do ensino superior, principalmente pelo uso de ações afirmativas. Além das comparações com os perfis de estudantes ao longo dos anos demonstrando o impacto das políticas, é apresentado também um diagnóstico dos limites que ainda precisamos superar nessa agenda.

Em um resumo de Dissertação de Mestrado, Cristiane Mello de Miranda Silva apresenta “Percepções de Jovens acerca do conhecimento Escolar durante o Ensino Médio: Escola para quê, por quê e para quem?”, ao contexto de jovens que cursaram o Ensino Médio no formato de “ensino remoto emergencial”, como consequência da Pandemia da COVID-19.

Nesta edição, também acolhemos três artigos de opinião, escritos por dirigentes de entidades estudantis trazendo suas perspectivas a respeito dos diferentes atravessamentos da Pandemia de Covid-19 no sistema educacional. Ana Jade Beatriz, Presidente da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) posiciona-se em torno das propostas de educação domiciliar que ganharam espaço no debate público e legislativo, no artigo “Homeshooling é um Atraso para a Educação no Brasil”. Bruna Brelaz, Presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) reflete sobre as correlações entre educação e desenvolvimento, propondo uma lente analítica a respeito da centralidade da política educacional na necessária reconstrução da democracia brasileira, do projeto nacional de desenvolvimento e da soberania do país no artigo “Reconstrução: Educação e Soberania Nacional”. Finalmente, Flávia Calé, Ex-Presidente da ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos) explora os prejuízos do negacionismo e do desinvestimento nas políticas de ciência e tecnologia no Brasil e sua correlação com a deterioração dos pilares do Sistema Nacional de Pós-Graduação a partir da eleição de Jair Messias Bolsonaro no artigo “Pós-Graduação Brasileira pede Socorro”.

Por fim, foi realizada uma entrevista exclusiva com Ana Jade Beatriz, Presidente da UBES, na qual foi possível dialogar desde a regulamentação do Fundeb, até os desafios para uma transição democrática tão aguardada para aqueles que acreditam na educação como instrumento de transformação social. Em perspectivas futuras, os desafios e esperanças das e dos jovens secundaristas conscientes de que “é possível sonhar, estudar em uma escola de qualidade, viver em um país desenvolvido, entrar na universidade e se formar (...) e que é possível ser feliz”.

Neste cenário, nesta 20ª Edição reúnem-se produções que discutem temáticas relacionadas às juventudes, construídas em sua maioria por juventudes e na perspectiva de juventudes. Às leitoras e leitores que nos acompanham, nós da Revista Juventude.br desejamos:

Boa leitura!